

ANAIS DO XXIX
CONGRESSO
BRASILEIRO DE
ECONOMIA E
SOCIOLOGIA RURAL



Campinas, SP

28 de julho a 1º de agosto

1991

Agricultura e sociedade: anais.
1991 PC-1999.01223



2046-1

AGRICULTURA E
SOCIEDADE

TRABALHOS
DE PESQUISA
(PAINEL)

SOBER

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL



MODELO DE PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA EM PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA¹

Elisio Contini²
Antonio de Freitas Filho²
Antonio Flavio Dias Avila²
Alberto Veiga³

1. - INTRODUÇÃO

A preparação para o desenvolvimento implica na seleção de instrumentos adequados de política agrícola, como é o modelo fundiário sobre o qual se assenta a produção agropecuária. Neste contexto se encaixam as preocupações sobre equidade e eficiência da posse e uso da terra. Os problemas atuais que o País enfrenta não podem ofuscar o caminho de longo prazo que o Brasil deve trilhar para que sua população obtenha elevado padrão de vida num futuro próximo. E as questões relativas à reforma agrária, ao assentamento de agricultores inserem-se neste conjunto de objetivos. Trata-se, acima de tudo, de contribuir para o aumento da oferta de terra aos pequenos agricultores e agricultores sem terra, oferecendo-lhes um modelo alternativo de ocupação para glebas ociosas, públicas e privadas.

Trabalhadores rurais sem terra, além de reivindicar um lote para trabalhar, baseiam hoje suas lutas na melhoria dos salários e das condições do trabalho. Querem saúde, educação, transporte e moradia. O simples distributivismo agrário pouco significará na melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, salvo nas regiões mais atrasadas da agricultura brasileira.

Neste sentido, a concepção de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária deve prever uma significativa interação com o sistema cooperativista, sabendo-se do potencial que este representa para a adequada condução de seus projetos.

¹ - Trabalho baseado no documento "Modelo Cooperativista de Assentamento de Agricultores", elaborado pela HECTA (1991), com o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.

² - Técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

³ - Técnico do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Para tanto, neste estudo propõe-se, com base na experiência cooperativista, um modelo de assentamento que permite uma participação efetiva do sistema cooperativista no Programa Nacional de Reforma Agrária. Não se exclui (nem o modelo cooperativista proposto pretende substituir), a ação do Estado em questões de colonização e reforma agrária. Apenas pretende ser um novo e eficiente instrumento.

Este estudo baseia-se em levantamento de dados realizado em uma amostra de quinze cooperativas agrícolas e nove projetos de assentamento de agricultores por elas realizados (HECTA, 1990). As cooperativas e os projetos selecionados foram visitados pela equipe, que utilizou dois questionários: um sobre características e aspectos gerais de cada uma das cooperativas promotoras de assentamentos; outro, a nível dos projetos cooperativistas de assentamento, integrantes da amostra.

A proposta fundamental é a elaboração de um modelo de participação do sistema cooperativista no Programa Nacional de Reforma Agrária.

2. - PRESSUPOSTOS BASICOS DO MODELO

O Modelo Cooperativista de Assentamento de Agricultores objetiva, além do aspecto social de permitir o acesso a terra por pequenos produtores e trabalhadores rurais, elevar a produção e produtividade nas regiões onde for implantado.

Buscando ser socialmente justo, mas economicamente viável, este Programa deve fugir do cunho assistencialista que tem caracterizado as ações neste setor. Ao contrário, está concebido de tal forma que o governo apenas coloque à disposição do sistema cooperativista os recursos necessários ao financiamento dos projetos, na forma de empréstimos, a serem ressarcidos pelas cooperativas e beneficiários, a médio prazo.

Tal Modelo será baseado na exploração de atividades agrícolas e pecuárias, associadas ao uso de tecnologias modernas que garantam aos beneficiários e seus familiares, aumento de renda e elevação do nível de vida. Os projetos de assentamento deverão também propiciar a geração de empregos diretos e indiretos em suas áreas de abrangência, tanto ao nível das atividades agropecuárias, como agroindustriais.

Propõe-se a inserção dos projetos de assentamento no contexto do complexo agroindustrial brasileiro, seja através da criação de novas agroindústrias, seja pela vinculação dos mesmos a projetos agroindustriais já existentes. Tal inserção deverá permitir a agregação de valor à produção no âmbito dos projetos componentes do Programa, ao mesmo tempo em que facilitará o processo de comercialização.

Este Modelo visa complementar a ação e presença do Governo na complexa questão da reforma agrária. O processo de regularização fundiária, o controle e a solução dos problemas em áreas de conflito social, e a continuidade do programa oficial de assentamento de agricultores sem terra são temas que continuarão sob a responsabilidade dos órgãos públicos de reforma agrária, excluídos deste Programa.

2.1.- ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.2.1.- Compromissos das Cooperativas

a) **Adesão ao Programa.** Uma vez criado o Programa pelo Governo Federal, caberá a cada cooperativa decidir sobre sua participação. Esta decisão envolverá estudos técnicos por parte da diretoria e propostas concretas a serem submetidas à sua Assembléia Geral. Há a necessidade de se estabelecerem prioridades, por regiões ou estados, para disciplinar a aplicação dos recursos. Pelos levantamentos realizados (OCB/HECTA, 1990), há indicações de elevada demanda para participar do Programa. Associados sem terra e filhos de proprietários com pouca disponibilidade de terra vem exercendo forte pressão para que as cooperativas implantem programas de assentamento. Devido à disponibilidade limitada de recursos, será difícil atender a todos.

b) **Criação de Fundo Fundiário.** Recomenda-se às cooperativas que desejem participar do Programa a criação de um Fundo Fundiário com um percentual das "sobras operacionais" do Balanço, para o assentamento de agricultores sem terra, associados seus ou filhos destes. Recomenda-se que de 10 a 20% dos recursos para a compra da terra provenha deste Fundo, logrando a cooperativa que o instituir, prioridade sobre as demais para a obtenção de recursos. Este Fundo deve ser administrado pela própria cooperativa, sem qualquer interferência do Estado. Já existem cooperativas com experiência nesta área.

c) **Forma de Aquisição da Terra.** As terras para o assentamento de agricultores do Programa Cooperativista podem ser obtidas através das seguintes formas: a) compra de áreas de particulares através das próprias cooperativas; b) compra de áreas pelo Governo e alienação às cooperativas; c) desapropriações de terras por parte do Governo e alienação às cooperativas para fins do Programa; d) arrendamento de terras a longo prazo com opção de compra; e, e) negociação com proprietários de glebas inexploradas para sua compra com pagamento em produtos por um dado período de anos ou na forma de entrega de alguns lotes prontos para a produção.

d) **Escolha das áreas.** É de responsabilidade da cooperativa a definição das regiões potenciais e a seleção das terras para a implantação do projeto de assentamento. Estas áreas podem estar localizadas próximas à cooperativa ou em regiões de fronteira

agrícola, longe da matriz. Caberá à própria cooperativa decidir sobre esta questão.

e) **Assistência Técnica.** A prestação de assistência técnica aos beneficiários de projetos de assentamentos deve ser atribuição e responsabilidade das próprias cooperativas que os promoveram. As cooperativas já prestam, de maneira eficiente, assistência técnica aos seus associados. Não há razões de não fazê-lo em seus projetos de assentamento de agricultores, já que estes serão também associados seus. Esta proposta emana da própria análise da participação das cooperativas em experiências de assentamento de agricultores sem terra. Uma das cooperativas foi categórica ao afirmar de que não quer "funcionários públicos" prestando assistência técnica aos seus associados. Se o Governo quiser ajudar que destine recursos financeiros para tanto e deixe a cooperativa administrá-los.

f) **Gerência dos Projetos.** Um dos fatores decisivos para o sucesso de um programa desta complexidade é sua gerência. A administração do projeto como um todo, desde sua concepção até sua emancipação, será obrigatoriamente responsabilidade da cooperativa interessada. A ela caberá selecionar a área, os agricultores, assentá-los, dar-lhes assistência técnica, apoiá-los na comercialização e em outras atividades agrícolas ou sociais. Ao Governo caberá fiscalizar sobre o bom desenvolvimento dos projetos. O Governo poderá apoiar às cooperativas num programa de treinamento dos beneficiários, bem como dos gerentes nos projetos de assentamento.

Os estudos técnicos executados não recomendam gerências conjuntas das cooperativas com órgãos públicos. Aliás, dentro desta modalidade, muitas cooperativas não se dispõem a participar do Programa, por envolver alto risco de ineficiência administrativa e, conseqüentemente, do próprio projeto. Para que os projetos obtenham êxito constitui-se primordial uma gerência altamente competente e eficiente por parte da cooperativa, como um todo e em especial da estrutura do projeto.

g) **Responsabilidades financeiras.** As cooperativas deverão assumir responsabilidades financeiras, decorrentes de sua inserção no programa de assentamento, como avalistas de créditos de beneficiários, ou por obras de apoio ao assentamento, financiadas por crédito de instituições nacionais ou internacionais. Para tanto, estas cooperativas deverão estar numa situação econômico-financeira, pelo menos equilibrada.

2.2.2.- Papel do Governo Federal

a) **Crédito fundiário** Resultados do levantamento realizado pela Equipe Técnica indicam que um dos pontos de estrangulamento dos assentamentos realizados pelas cooperativas é, sem dúvida, a não disponibilidade de crédito fundiário. Esta deve ser uma obrigação do Governo. Não parecem existir dúvidas por parte das cooperativas quanto à essencialidade do crédito

fundiário, com prazos de pagamento e carência compatíveis com a atividade agrícola, para viabilizar o programa de assentamento de agricultores.

b) **Infra-estrutura física.** O Governo deve executar as atividades que lhe são típicas como, por exemplo, a implantação da infra-estrutura física básica (estradas e outros meios de transporte para escoar a produção, armazens e silos, rede de energia elétrica). O problema é mais premente em regiões novas, onde há falta crônica, principalmente de meios eficientes de transporte. As obras de infra-estrutura física podem ser administradas pela própria cooperativa, o que permitiria baratear os custos.

c) **Créditos de investimento e custeio.** É necessário que o Governo Federal apóie os projetos de assentamento a serem realizados pelas cooperativas, através de linhas especiais de crédito para investimento e custeio. Não se pleiteia que estes recursos sejam a fundo perdido ou altamente subsidiados. Recomenda-se que haja disponibilidade de crédito, com prazos compatíveis com a atividade agrícola, e que sejam estabelecidos juros econômicos, evitando-se a especulação financeira com recursos destinados à produção agrícola. Este apoio governamental, nos primeiros anos, torna-se imprescindível para a implantação e consolidação do projeto.

d) **Apoio tecnológico.** O Governo, através de suas instituições de pesquisa, deve dar uma contribuição fundamental para o sucesso dos projetos de assentamento, notadamente em regiões de fronteira. Quando possível, a pesquisa deve andar à frente do próprio processo de assentamento de agricultores. O aporte tecnológico é fundamental quando se pretende implantar uma agricultura altamente eficiente, como se propõe o presente modelo cooperativista de assentamento de agricultores. Este processo deve ser acompanhado pelo setor público pelo menos até que as cooperativas tenham condições de suprir suas necessidades de tecnologias.

e) **Financiamento para agroindustrialização.** Na agricultura moderna e competitiva, o sucesso nos projetos de assentamento está relacionado à garantia de comercialização e à possibilidade de agregação de valor aos produtos primários, através da agroindustrialização. Como as cooperativas, em sua maioria, estão descapitalizadas, reforça-se a necessidade de o Governo criar uma linha de crédito para a instalação de agroindústrias que processem produtos oriundos de projetos de assentamento. Sugere-se que, principalmente na região dos cerrados, novos projetos sejam integrados com irrigação e agroindustrialização de produtos. No caso da irrigação, propõem-se que seja elaborado um plano coletivo de compra, instalação e manutenção de equipamentos para diminuir os custos.

f) **Titulação de terras.** É função do Governo Federal proceder à titulação das terras que serão utilizadas para os

assentamentos, dirimindo dúvidas sobre a legitimidade dos títulos de posse e outros eventuais direitos de quem quer que seja.

2.2.3.- Papel do Governo Estadual

Como funções típicas de poder público, caberá ao governo estadual prover, para o projeto de assentamento, infra-estrutura básica, como estradas, escolas, comunicação e eletrificação rural. Em sedes de núcleos rurais e mesmo na região rural ressalta-se a necessidade de implantar e manter um sistema de segurança pública eficiente.

Destaca-se, ainda, como atribuição do Governo Estadual, a construção de uma rede de silos e armazéns que garantam a estocagem da produção obtida.

2.2.4.- Atribuições do Governo Municipal

A principal responsabilidade do governo municipal será a construção e a manutenção das escolas de primeiro grau. Em colaboração com o Governo Estadual, o município poderá ainda prestar assistência à saúde dos beneficiários dos projetos, bem como prover meios para a construção e manutenção de estradas vicinais.

Acrescente-se, ainda, como atribuição do município, a função saneamento básico, a ser implantado em núcleos urbanos que venham a surgir a partir do projeto de assentamento.

2.3.- SELEÇÃO E PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

a) **Critérios para a seleção.** Foi comprovado, através do levantamento de campo, que boa seleção de beneficiários constitui-se fator decisivo para o sucesso de projetos de assentamento de agricultores. Não se pretende esgotar nem obrigar todas as cooperativas a adotarem os mesmos critérios para a seleção de participantes deste Programa. De conformidade com a coordenação geral do Programa, cada cooperativa poderá estabelecer outros critérios mais específicos, obedecendo inclusive a peculiaridades regionais.

Os critérios listados, a seguir, são os básicos e que devem orientar as cooperativas quanto ao direcionamento geral do Programa: a) Não ser proprietário rural; b) ser associado da cooperativa, filho de associado trabalhando na agricultura ou, sendo por esta selecionado, comprometer-se a se associar; c) possuir comprovada experiência agrícola; e, d) participar do projeto de assentamento com recursos próprios, de acordo com a sua disponibilidade.

Com base nas opiniões dos dirigentes das cooperativas que executaram projetos, considera-se a participação financeira dos beneficiários, fundamental para o bom desempenho do projeto,

inclusive como forma de comprometer o agricultor com os seus resultados.

b) **Perfil dos potenciais candidatos.** Quanto ao nível educacional dos potenciais candidatos, presume-se de que não haja uniformidade entre as cooperativas e regiões. Nas regiões Sul e Sudeste são encontrados agricultores de nível educacional mais elevado, enquanto os do Nordeste têm nível menor. Com base nos levantamentos realizados, pode-se afirmar que a maioria tenha primeiro grau incompleto. Em algumas cooperativas de maior nível, alguns agricultores possuem segundo grau.

Quanto à experiência agrícola, a quase totalidade das cooperativas informaram que seus candidatos possuem de boa a muito boa experiência agrícola. Algumas cooperativas informaram que seus candidatos seriam, principalmente, filhos de agricultores que já trabalham no ramo auxiliando os pais.

Sobre o nível de capitalização dos candidatos potenciais ao assentamento, as informações indicam que seja pequeno a muito pequeno. No Sul e Sudeste, a maioria possui alguns equipamentos e máquinas agrícolas que permitem começar a trabalhar. A eventual venda de pequenas áreas na região de origem pode constituir-se em disponibilidade de recursos para iniciar atividades agrícolas em outras regiões. Filhos dos agricultores, num primeiro momento, dificilmente poderão prescindir do apoio dos pais.

c) **Treinamento dos selecionados.** A educação básica e o treinamento para as atividades agropecuárias constituem-se em fatores decisivos para o sucesso de um projeto de assentamento, como ficou demonstrado no levantamento realizado junto às cooperativas. Embora a maioria dos potenciais candidatos tenha experiência em trabalhar no setor, recomenda-se um treinamento intensivo prático aos candidatos, destacando-se a compreensão dos objetivos do projeto, as obrigações dos beneficiários, culturas a serem exploradas, sistemas de produção e tecnologias a serem utilizadas, princípios de comercialização e espírito cooperativista. No Nordeste, este tipo de treinamento torna-se imprescindível, devido ao baixo nível educacional dos agricultores.

Este treinamento permite, ainda, tornar o grupo de beneficiários mais homogêneo e integrado e terá a incumbência de desempenhar papel de aglutinador de toda a comunidade no futuro projeto.

2.4.- SELEÇÃO DE REGIÕES

A seleção das regiões para potenciais assentamentos deve ser uma decisão das próprias cooperativas interessadas. A elas cabe determinar se podem comprar áreas próximas de sua sede ou se desejam adquirir terras em regiões de fronteira.

a) Seleção das áreas. Há duas formas básicas para a seleção de áreas para o assentamento de agricultores sem terra por cooperativas. A primeira é a escolha de áreas próximas à região de atuação da própria cooperativa. A vantagem desta opção reside nas facilidades para gerenciar o projeto, em menores investimentos em infra-estrutura, vez que se aproveita a já existente, e a maior possibilidade de colocação da produção nos centros consumidores. A experiência demonstra também que projetos implantados próximos à sede das cooperativas se desenvolvem e se emancipam rapidamente.

Como dificuldades para a realização de um projeto de colonização próximo à região da cooperativa, citam-se: a) elevados preços das terras; e, b) pouca disponibilidade de áreas contíguas suficientes para a implantação de projetos.

Os assentamentos a serem executados em regiões de fronteira, como os cerrados, apresentam como vantagens: a) grande disponibilidade de terras agricultáveis; b) preços reduzidos da terra; c) disponibilidade de áreas para mecanização e para irrigação; e, d) possibilidade de implantação de médios a grandes projetos, diminuindo o custo médio unitário da administração e permitindo lotes maiores de terra.

A escolha de áreas em regiões de fronteira traz também desvantagens, como: a) relativa distância dos centros consumidores, dificultando a competitividade de seus produtos, devido ao alto custo do frete; b) pouca disponibilidade de infra-estrutura física e social; c) maior grau de incerteza em relação ao comportamento de fatores edafo-climáticos sobre a produção. Pode-se pressupor de que o fator tecnológico não seja um entrave sério à conquista desta fronteira de cerrados, pois existem tecnologias agropecuárias disponíveis.

Na escolha das áreas, como critérios gerais, sugere-se considerar: a) escolher a área de acordo com os objetivos a que se destina o projeto; b) levar em conta a experiência da cooperativa e dos cooperados candidatos quanto às culturas e criações a serem exploradas; c) considerar a disponibilidade de terra, seu preço bruto e o que vai se gastar em corretivos agrícolas para torná-la apta à exploração agropecuária; d) estudar e comparar diferentes regiões com distinta infra-estrutura física e social; e) verificar a aptidão agrícola dos solos e as condições climáticas para a produção; e, f) ter presente a distância física do projeto em relação ao mercado consumidor, com estimativa de custos de transporte e possibilidades de agregar valor ao produto na própria região, através da agroindustrialização.

b) Regiões e culturas potenciais fora do Estado.

Fora do Estado de origem, levantamento realizado indica o cerrado como a região preferida pelas cooperativas para os assentamentos (Tabela 01). As terras dos cerrados são ainda baratas, em comparação com o sul do País, representando, em média, não mais

Tabela 01 - Regiões e Culturas Potenciais para Assentamento de Agricultores.

Cooperativa	Região Potencial	Culturas Principais
COCARI	Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Maranhão	Soja, milho, pastagens, frutas (citrus, café)*
COSUEL	Mato Grosso e Mato Grosso Sul	Grãos (milho, soja, feijão e outros) agroindustrialização (carnes, óleos)
COTRIGUAÇU	Cerrados	Grãos e leite
CAMAS	Mato Grosso Sul	Soja, milho, gergelim, seringueira
BATAVO	Mato Grosso (Chapada Parecis)	Grãos, pecuária corte
WITMARSUM	Bahia (Barreiras)	Grãos, pecuária
COTIA	Nordeste (Seridó)	Frutas (exportação e agroindústria)
COOPERVAP	Região PRODECER**	Grãos, leite, hortifrutigranjeiros
FEMACAP	M.Gerais, Goiás, Mato Grosso	Milho, soja, agroindústria, irrigação, hortifrutigranjeiros
SUL BRASIL	Cerrados, Minas Gerais, São Paulo	Grãos, hortifrutigranjeiros
COOPERALFA	Centro-Oeste	Grãos com integração à criação de animais c/agroindustrializ.
	Nordeste	Os mesmos produtos

* = Possivelmente com irrigação.

** = Dentro das condições do PRODECER.

que 10% do investimento necessário a um projeto de assentamento. Outro aspecto importante é a possibilidade de aproveitamento da infra-estrutura existente. Recomenda-se que se inicie o projeto em áreas com disponibilidade de infra-estrutura, como estradas, se possível, alfartadas. Com a consolidação desta, pode-se com mais facilidade interiorizar o processo, como fez a COCARI em seu projeto. Esta estratégia pode representar grande vantagem para a comercialização dos produtos.

Não se recomenda que as cooperativas venham a implantar projetos na região amazônica, principalmente em áreas de floresta, por apresentarem problemas de natureza tecnológica, serem distantes dos mercados consumidores, não disporem de infraestrutura básica e estarem sob a mira dos ambientalistas, tanto nacionais como internacionais.

Na escolha das áreas, recomenda-se que os assentamentos sejam realizados onde há chuvas regulares e solos aptos para a agricultura. Em relação aos cerrados, áreas grandes podem, inicialmente, ser consideradas como um exagero, mas, na realidade, um lote de 200 a 300 hectares torna-se uma exigência para que uma propriedade seja economicamente viável nessa região, principalmente em termos de utilização de máquinas. Além disso, um lote de tal dimensão constitui-se em reserva para a subdivisão entre os filhos, sem que a propriedade torne-se economicamente inviável, a curto prazo.

2.5.- MODELO TÍPICO DE PROPRIEDADE

Não existe um modelo único de exploração a ser recomendado para os assentamentos. Este modelo deve levar em conta uma série

de fatores, entre os quais pode-se destacar: a) peculiaridades regionais; b) condições edafo-climáticas da área de assentamento; c) capacidade gerencial dos assentados; d) nível de capitalização dos agricultores; e) distância dos centros consumidores; e, f) tamanho dos lotes.

Com base na experiência, recomenda-se que os projetos de assentamento sejam orientados para um dos três modelos básicos: a) produção de grãos; b) produção de grãos integrado à pecuária; e, c) produção frutícola.

Deve ser ressaltado que, em todos os três modelos, a cooperativa deve exercer um papel essencial, propiciando apoio aos associados em todas as fases, desde a implantação do modelo até a comercialização do produto resultante. Propõe-se, também, que os projetos sejam constituídos por lotes com exploração individual familiar. Não se recomenda exploração coletiva de áreas, a não ser em casos especiais e com acompanhamento cuidadoso de seu desempenho.

A principal diferença entre os referidos modelos reside no tamanho dos lotes e no nível de capitalização dos assentados. No modelo de grãos recomenda-se lotes que podem variar de 50 a 400 hectares, e um nível relativamente elevado de capital por parte dos agricultores. Este modelo de projeto deve, ser implantado, preferencialmente, na região dos cerrados (MG, MT, GO, TO, BA, MA, PI e MS).

Em contraposição, no modelo de produção frutícola o tamanho médio dos lotes pode variar de 4,5 a 10 hectares, e não exige

nível elevado de capitalização dos produtores assentados, embora o prazo de maturação seja longo. Deve ser pensado um sistema de "sobrevivência" para os agricultores enquanto as fruteiras não entrarem em produção.

Num nível intermediário encontra-se o modelo de produção de grãos com pecuária (leite, suínos e aves), onde o tamanho médio dos lotes varia de 40 a 50 ha. Este modelo pode ser implantado em regiões de ocupação antiga, onde existem agroindústrias instaladas e mercados consumidores próximos.

2.6.- GERENCIAMENTO E FINANCIAMENTO DOS PROJETOS

2.6.1.- Gerenciamento

O estudo concluiu que a garantia dos projetos deve ser obrigatoriamente da cooperativa. Não se recomenda participação conjunta do Governo ou de suas empresas juntamente com as cooperativas. Pelas suas próprias características, a administração de órgãos públicos torna o processo burocratizante, demorado, caro e ineficiente.

Do ponto de vista da administração interna, a competitividade entre empresas e das cooperativas entre si exige muito de suas gerências. Não há tempo e capacidade para assumir projetos de colonização. Neste caso, dever-se-iam separar as gerências, ou se criar uma nova cooperativa ou associação dos beneficiários. Outra alternativa seria um dos diretores assumir a colonização. Ao ser concebido o projeto, deverá ficar claro o que caberá à matriz executar e o que será progressivamente transferido para o projeto, inclusive a divisão na participação dos custos, para não criar possíveis atritos no futuro. Caberá à matriz treinar um corpo de técnicos e de associados para assumirem as funções de direção no futuro.

2.6.2.- Fontes de Financiamento

O Modelo Cooperativista poderá ter como fontes de financiamento: a) o agricultor beneficiário com algum capital, inclusive os recursos da venda de terra que possua; b) a cooperativa interessada; c) o Governo, através do Programa de Reforma Agrária; d) possíveis empréstimos bancários no País ou no exterior; e, e) formação de consórcios para a aquisição de terras, administrados pelas próprias cooperativas.

Embora não seja a fonte mais importante em termos de volume de recursos, a participação do pequeno capital do agricultor beneficiário do Programa é muito importante, inclusive como fator de engajamento no projeto. Quando se tratar de filhos de agricultores, naturalmente que seus pais poderiam apoiá-los para dar início ao desenvolvimento da nova propriedade.

A segunda fonte de financiamento é a própria cooperativa que tem interesse em assentar associados seus ou filhos destes, que não possuam terra. Sugeriu-se que tenham prioridade no Programa as cooperativas que criarem seu Fundo Fundiário, com um percentual das sobras operacionais de seus balanços. Este fundo ajudará a adquirir parte das terras destinadas ao assentamento dos beneficiários. Adicionalmente, a cooperativa deverá participar com sua capacidade gerencial, de infra-estrutura de comercialização e de agroindustrialização e como avalizadora de outros créditos necessários para a implantação dos projetos.

Ao Governo caberá a tarefa de prover os recursos necessários para a implantação da infra-estrutura básica, tanto física como social, atividades típicas de Governo. Além disso, deverá alocar recursos de crédito fundiário para completar a compra da terra e criar linhas de crédito de investimento e custeio para as atividades agrícolas dos assentamentos. Estes recursos poderão provir de empréstimos internacionais que venham a ser contraídos pelo Governo para financiar o referido Programa.

Além disso, os bancos privados e de desenvolvimento regional poderão aportar recursos para a implantação tanto de infra-estrutura como para financiamento da implantação das atividades agrícolas. Não só os agricultores e a cooperativa estão interessados para que o projeto se desenvolva com êxito, mas o próprio Governo arrecadará mais impostos que poderão ser investidos em benefício não só do projeto como de toda a população da região.

2.6.3.- Condições de Financiamento

Os programas de assentamentos têm como objetivo principal a promoção econômica e social do produtor rural e de sua família, mediante o desenvolvimento de atividades agropecuárias no lote adquirido. Para que este objetivo seja cumprido é necessário que sejam oferecidos aos produtores crédito de curto, médio e longo prazos, de modo a assegurar programação adequada das inversões a serem financiadas.

Nas regiões de fronteira, como os cerrados, o agricultor terá que assumir riscos inerentes às condições edafo-climáticas peculiares a essa região e ao conhecimento ainda incompleto das tecnologias que melhor se adaptam à região.

Os financiamentos serão concedidos para o agricultor e para a cooperativa para finalidades diferentes e em condições diferenciadas. Para o agricultor deverão ser financiadas parte da aquisição das terras (complementada com recursos próprios), parte dos investimentos fixos como a abertura da área (se for o caso), correção do solo, construção de benfeitorias e implantação de culturas perenes ou compra de plantéis de animais (conforme o caso).

Quanto ao prazo de pagamento destes financiamentos, sugere-se uma carência de 4 a 6 anos e um prazo total para pagamento de 8 a 18 anos, de acordo com a localização e condições do projeto. Em nenhum momento se pensa em taxas negativas de juro. O principal deverá ser pago em sua totalidade e em seu valor real, acrescido de uma taxa de juros que varie de 3 a 6% ao ano.

Os investimentos semi-fixos, como máquinas, equipamentos, veículos e equipamentos, devem ser financiados em sua maior parte pelo Governo com período de carência de 2 a 5 anos e prazo total para pagamento de 6 a 10 anos. O pagamento do principal e dos juros serão feitos nas mesmas condições do item anterior.

Devido à fase de implantação do Projeto, nos primeiros dois anos o financiamento de custeio deverá ser integral, com um ano de carência e 2 a 3 anos para o pagamento. A partir do terceiro ano, o projeto entrará nas condições normais do Sistema Nacional de Crédito Rural. As condições de juros são as mesmas dos itens anteriores.

Deverão ser criadas linhas de crédito especiais para as cooperativas implantarem a infra-estrutura necessária à administração do projeto e à implantação de agroindústrias. Dependendo dos itens financiados, sugere-se um prazo de carência de 2 a 6 anos e um prazo total de amortização de 8 a 15 anos. Também para as cooperativas haverá correção plena do financiamento, acrescida de uma taxa de juros de 3 a 10% ao ano.

3. - VIABILIDADE ECONOMICA DO MODELO COOPERATIVISTA

3.3.1.- Modelo Sul-Sudeste

Estabeleceu-se um único modelo para as regiões Sul e Sudeste devido às suas características mais ou menos uniformes quanto a distribuição de terras e quanto ao tipo de agricultura praticada nessas regiões. A pressão sobre a terra tornou-se mais aguda devido à estagnação econômica que toda a região vem sofrendo, nos últimos anos. Quanto às características de produção, embora existam ainda alguns bolsões de agricultura de subsistência, com baixo desempenho, pode ser caracterizada como desenvolvida, com elevação expressiva dos índices de desempenho, como produtividade.

Grande parte desta agricultura encontra-se estreitamente vinculada ao sistema agroindustrial, quer como demandadora de insumos, quer como fornecedora de produtos. Do ponto de vista gerencial, começa a se integrar ao sistema empresarial, via sistemas eficientes de coleta e análise de informações e tomada de decisões gerenciais, inclusive de natureza estratégica. Esta agricultura que vem nascendo, possui características típicas para enfrentar a competitividade em seu próprio meio, junto aos demais setores e em relação ao exterior.

Outra característica dessas regiões é a presença de boa infra-estrutura física de produção e social. Por infra-estrutura física entende-se a disponibilidade de estradas de escoamento da produção, energia elétrica, silos e armazéns próximos aos locais de produção. Infra-estrutura social compreende a disponibilidade de escolas, postos de saúde, locais de lazer e outros.

Para caracterizar melhor os sistemas de produção (capitalistas e de sucesso) com potencial de desenvolvimento na região, estabeleceram-se 4 (quatro) modelos alternativos de assentamento de agricultores: 1) produção de grãos integrada com suinocultura; 2) produção de grãos integrada com avicultura de corte; 3) produção de leite com avicultura de corte; e, 4) produção de leite e suinocultura. Este esquema permite maior flexibilidade na definição de o que produzir e permite que os agricultores tenham como base uma agricultura rentável.

Para os diferentes modelos, o tamanho dos lotes foi estabelecido em 48 ha em média, área considerada suficiente para o progresso econômico e social do agricultor e sua família. Cada modelo comporta um módulo com 40 famílias, em média. Este número não apresenta dificuldades para o gerenciamento pelas cooperativas e facilita também a obtenção de áreas para assentamento nas próprias regiões de influência das cooperativas.

Os diferentes modelos foram calculados com base em informações recentes obtidas junto a Cooperativa BATAVO e à Organização das Cooperativas Brasileiras.

3.3.1.1.- Modelo Produção de Grãos com Suinocultura

Para efeito de simplificação dos cálculos, o modelo considerou as culturas básicas soja com 2/3 e milho com 1/3 da área agricultável, em sistema de rotação de culturas. Para a soja foi prevista uma produtividade de 2.500 kg/ha e para o milho de 6.000 kg/ha, o que caracteriza uma agricultura com elevado nível tecnológico e boa rentabilidade.

Para o cômputo dos investimentos para cada lote (terra, residência, benfeitorias) foram adotadas informações da BATAVO. Os custos de produção destas culturas, incluindo aluguel de máquinas, foram baseados em dados levantados pela OCB, corrigidos para 01 de fevereiro de 1991.

Em relação à suinocultura, dimensionou-se o projeto individual por colono com uma maternidade de 526 m² para 60 matrizes e 470 m² para terminação. Cada matriz produz 19,8 leitões em média por ano. Tendo por base coeficientes técnicos estipulados pela BATAVO, obtém-se uma produção de 1.250 cabeças de suínos terminados por ano.

Os fluxos de custos, fixos e variáveis, de receitas e fluxo líquido diferencial foram estimados para um período de 15 anos, por lote e por módulo. Estimou-se uma Taxa de Retorno de 11,27%.

Não se computaram novos investimentos para a implantação de agroindústrias, tendo em vista que a grande maioria das cooperativas singulares ou centrais já dispõem de infra-estrutura agroindustrial.

3.3.1.2.- Modelo Produção de Grãos com Avicultura de Corte

A produção de grãos segue o mesmo delineamento do modelo anterior, sendo também iguais os coeficientes técnicos, os investimentos em terra e habitação, os custos e as receitas.

Para a avicultura de corte, considerou-se como básico a construção de um aviário com 900 m² em alvenaria. Este investimento permite uma lotação de 10.000 cabeças. Considerando-se 5,2 lotes por ano e deduzidas as perdas por mortalidade (3,4%) e quebra de abate, ter-se-ia uma produção anual de 90.969 kg de peso limpo por agricultor. Considerou-se uma taxa de conversão de 2,10:1. Estes dados estão baseados em Projeto da BATAVO.

Da mesma forma do modelo anterior, calcularam-se os fluxos de custos, de receitas e fluxo líquido diferencial para um período de 15 anos, por lote e por modelo. Para o lote individualmente, estimou-se a Taxa Interna de Retorno de 19,87%.

3.3.1.3.- Modelo Pecuária de Leite com Avicultura de Corte

No componente pecuária de leite considerou-se um plantel de 20 vacas em lactação durante 305 dias, produzindo em média 4.556 kg/vaca, 20 vacas em descanso por 60 dias/ano e mais 24 animais entre novilhas e bezerras. A produção de leite por família, em um ano, atinge em média 91.120 quilos.

Para cada família que integra este modelo, seria construído um estábulo com 100 m², equipado com sala de ordenha e tanque de resfriamento de leite.

A produção de frangos de corte é um sistema integrado, onde o produtor recebe o preço de custo médio da integração com margem de 11% sobre os custos. Cada família deste modelo construirá um aviário de 900 m² com capacidade para 10.000 cabeças, utilizando um sistema de 5,2 lotes por ano. Isto permitirá uma produção média anual de 91.000 kg de frango abatido.

Foram calculados, ainda, fluxos de custos, receitas e fluxo líquido diferencial para um período de 15 anos. Com base nestes dados, estimou-se a Taxa Interna de Retorno da 7,28%. A TIR encontrada é a mais baixa dos modelos propostos para o Sul/Sudeste, mas ainda suficiente para garantir o empreendimento e sua rentabilidade. Isso significa que uma família, utilizando este sistema de produção, poderá levar uma vida digna e progredir econômica e socialmente.

3.3.1.4.- Modelo Pecuária de Leite com Suinocultura

No componente pecuária de leite considerou-se um plantel de 20 vacas em lactação durante 305 dias, produzindo em média 4.556 kg/vaca, 20 vacas em descanso por 60 dias/ano e mais 24 animais entre novilhas e bezerras. A produção de leite por família, em um ano, atinge em média 91.120 quilos.

Para cada família que integra este modelo, seria construído um estábulo com 100 m², equipado com sala de ordenha e tanque de resfriamento de leite.

Em relação a suinocultura, dimensionou-se o projeto individual por colono com uma manternidade de 526 m² para 60 matrizes e 470 m² para terminação. Estimou-se que cada matriz gere 19,8 leitões por ano. Tendo por base coeficientes técnicos estipulados pela BATAVO, permitirá uma produção de 1.250 cabeças de suínos terminados por ano, com um peso médio limpo de 81 quilos por cabeça.

Os fluxos de custos fixos e variáveis, de receitas e fluxo líquido diferencial foram estimados para um período de 15 anos, por lote e por módulo. Com base nos dados deste modelo, estimou-se a Taxa Interna de Retorno da ordem de 15,85%.

Constata-se que esta é a segunda maior Taxa Interna de Retorno, superada apenas pelo modelo de produção de grãos com avicultura de corte. Esta taxa representa um bom nível de renda para o agricultor, principalmente para hipóteses menos pessimistas da evolução das receitas e dos custos, como pode ser constatado pela análise de sensibilidade.

3.3.2.- Modelo Centro-Oeste

O Centro-Oeste constitui-se em região de fronteira agrícola, em grande parte com baixa densidade populacional e diminuta pressão sobre a terra.

Esta região possui, porém, um potencial muito grande para o assentamento de agricultores de cooperativas, principalmente do Sul, como foi constatado em recente levantamento. Como pode ser comprovado no Capítulo 2 deste trabalho, elas possuem experiência considerável em assentamentos nos cerrados. Esta região revelou grande potencial para a produção de grãos, possui enormes áreas mecanizáveis e existe tecnologia para o seu cultivo.

Neste modelo, estabeleceu-se um módulo composto de 60 lotes, o que significa 9.000 ha de área cultivada. Adicionalmente, o projeto prevê uma área de reserva de uso comum da ordem de pelo menos 20%, o que elevaria o projeto para 11 a 12 mil ha. Este área foi considerada adequada para a implantação do projeto e para a constituição de uma futura cooperativa. Ademais, no Centro-Oeste não haveria maiores problemas para a aquisição de áreas deste tamanho ou maiores.

O modelo caracteriza-se pela produção de grãos, com 30 ha de irrigação e mais 120 ha sob o regime de sequeiro, num total de 150 ha por lote. Esta área foi definida para viabilizar a compra de máquinas para os agricultores. Foi introduzida a irrigação para dar sustentação à produção, diminuir riscos de veranicos e permitir que se produzam até 2,5 culturas por ano. Estabeleceu-se um sistema de rotação de culturas, tanto na área irrigada como na de sequeiro. Este modelo tem sua inspiração na experiência dos bem sucedidos projetos do PRODECER na região Centro-Oeste.

As principais culturas a serem exploradas são a soja, o arroz, o milho e o feijão, esta última somente sob regime de irrigação. Observe-se que estas culturas já vem sendo cultivadas com sucesso na região. Considerou-se que a produtividade se eleva no decorrer da implantação do projeto, devido a melhoria da fertilidade do solo.

Para cada lote computou-se, como investimento fixo, a compra da terra, desmatamento e correção do solo, benfeitorias, irrigação, máquinas e implementos agrícolas. Estes custos serão realizados no primeiro ano do projeto, por ocasião de sua implantação. Nos custos operacionais estão computadas as despesas com o custeio das culturas, tanto de sequeiro como irrigadas.

Os valores de investimento foram computados com base nas informações do PRODECER. Para o custeio das culturas foram utilizadas as informações básicas da OCB. Tanto os custos de investimento como de custeio da produção foram ajustados para 01 de fevereiro de 1991.

As receitas para estas culturas foram estimadas por lote para cada ano fiscal, a preços atualizados para a mesma data. Os fluxos de custos fixos e variáveis, de receitas e fluxo líquido diferencial também foram estimados para um período de 15 anos, por lote e por módulo.

Devido à inexistência de infra-estrutura na região, computaram-se despesas com a instalação de escolas, postos de saúde, água e esgoto. Como infra-estrutura de apoio à produção, junto à cooperativa previu-se a construção de armazéns; a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, balança rodoviária e construção de silos. Considerou-se ainda como custo para o projeto como um todo, a construção de casas de funcionários, de refeitório e a compra de veículos.

Para cada módulo de colonização na região, previu-se a instalação de uma usina de calcário e de uma beneficiadora de arroz com o objetivo de agregar valor ao produto primário.

Para este modelo computou-se a Taxa Interna de Retorno, tanto para o lote individual como para o módulo. A TIR para o lote foi estimada em 27,37%, enquanto para o módulo foi de, aproximadamente, 21,45%.

A análise de sensibilidade da TIR, para o lote e para o módulo, mostrados Tabela 2 indicam elevada rentabilidade para o lote e também para o módulo, mesmo incorrendo todos os custos por conta do projeto. Para o agricultor, o fluxo líquido diferencial passa a ser positivo a partir do 2o. ano enquanto que para o módulo, a partir do 3o. ano.

Tabela 2 - Análise de sensibilidade da TIR - Centro-Oeste.

Níveis de Variação	Hipóteses de Variação da TIR (em %)			
	+25 C -25 B	+15 C -15 B	-15 C +15 B	-25 C +25 B
Módulo	0,20	9,11	35,24	46,31
Lote	4,30	13,82	42,55	54,68

A rentabilidade dos projetos para o Centro-Oeste deve ser mais elevada para motivar as cooperativas a assentar agricultores nesta região. Caso fossem as mesmas taxas ou inferiores, as cooperativas e seus associados prefeririam implantar projetos de assentamento em suas regiões de origem.

Observa-se ainda que o PRODECER tem implantado projetos de colonização com lotes de 300 a 400 ha. Como a presente proposta insere-se no contexto de reforma agrária, procurou-se diminuir o tamanho da área para a metade ou menos, o que permitiria assentar o dobro de agricultores na mesma área, assegurando ainda sua rentabilidade econômica.

3.3.3.- Modelo Nordeste

Para a região Nordeste previu-se um modelo baseado na experiência e nas informações da COOPERTREZE (Lagarto - SE), extraídas do Projeto TREZE 1 e da entrevista realizada junto àquela Cooperativa. Definiu-se um lote básico com 10 ha, sendo 7 para culturas comerciais, assim distribuídas: laranja com 5,5 ha, fumo com 1 ha e maracujá com 0,5 ha. Os outros 3 ha foram destinados a cultivos de subsistência do agricultor e sua família e não incluídos no estudo de viabilidade econômica.

Para a cultura da laranja consideraram-se 3 anos de implantação, iniciando-se a produção ao quarto ano, com 10 toneladas/ha, passando para 15 no quinto ano, 20 no sexto e se estabilizando em 25 t/ha a partir de sétimo ano. Tal produtividade é a que vem sendo obtida atualmente nos Projetos da COOPERTREZE. Quanto ao fumo, considerou-se uma produtividade de 1,5 t/ha de forma contínua desde o primeiro ano, apenas

permitindo rotação da área com as culturas de subsistência. Para a cultura do maracujá estabeleceu-se um ciclo de 5 anos com produtividades previstas de 5 t/ha no segundo ano, 10 t/ha no terceiro, 14 t/ha no quarto, e 10 t/ha no quinto ano.

Como investimentos consideraram-se os seguintes itens: terra (10 ha), residência, armazem e cisterna, e os custos de implantação das culturas de laranja e maracujá.

No cálculo dos custos de produção da laranja, maracujá e fumo, e da receita correspondente, usaram-se dados atualizados de custos e preços coletados pela Equipe Técnica junto à COOPETREZE (preços de 01 de fevereiro de 1991).

Tomando-se por base os custos do lote (investimentos e custeio) e a receita prevista, estimou-se um fluxo de custos e receitas para um período de 15 (quinze) anos. Tal fluxo foi calculado para um módulo de 100 (cem) agricultores.

A taxa interna de retorno (TIR) estimada para o módulo, foi de 5,27%, indicando que este é economicamente viável. Entretanto, como envolve atividades agrícolas em regime de sequeiro, a taxa de retorno é bastante sensível a variações, tanto nos custos como no montante de benefícios.

É importante destacar que não se previu para o referido módulo investimentos de infra-estrutura básica (escola, posto de saúde, etc) e de infra-estrutura de produção e de agroindustrialização. Considerou-se que os investimentos básicos serão atendidos pelo Governo, enquanto que a infra-estrutura de produção e agroindustrialização deverá ser oferecida pela Cooperativa.

4.- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais recomendações sobre a proposta de um modelo cooperativista de assentamento de agricultores podem ser resumidas nos seguintes itens:

a) A análise da experiência das cooperativas e o estudo de viabilidade econômica de vários modelos regionais de assentamento realizados neste trabalho demonstram que a participação das cooperativas agrícolas na promoção de assentamento de agricultores é viável, tanto do ponto de vista social, como econômico. A sociedade brasileira terá muito a ganhar apoiando tal proposta envolvendo a participação do sistema cooperativista no Programa Nacional de Reforma Agrária.

b) As análises realizadas pressupõe apoio do Governo às cooperativas na implantação da infra-estrutura social e no financiamento para a compra da terra, implantação da infra-estrutura física de apoio à produção e industrialização e de linhas de crédito para a implantação de culturas. Os empréstimos

do Governo devem ter juros econômicos reais, reembolsáveis em prazos compatíveis com a implantação de um projeto agrícola nos moldes propostos.

c) Pelo modelo cooperatista de assentamento proposto, está assegurado que todos os investimentos realizados pelo agricultor, pela cooperativa ou pelo Governo terão retorno garantido na forma de aumento de produção agropecuária, geração de empregos, elevação da renda e do nível de bem estar dos agricultores, bem como no aumento da arrecadação de impostos.

d) Considerando que um Programa de Reforma Agrária, para ter êxito, exige que seja criado e gerenciado sob a égide de uma filosofia de descentralização administrativa, desburocratização e o mínimo de influência do setor público, ao Governo deverá caber a tarefa de fiscalizar a correta aplicação de recursos públicos investidos, enquanto às cooperativas caberá conceber e implementar o projeto com o apoio das organizações cooperativistas estaduais, obedecidas as prioridades estabelecidas e mantidos os limites de recursos disponíveis.

e) As várias propostas apresentadas partem do princípio de que a agricultura moderna é uma atividade competitiva, exigente em tecnologia e organização, tanto na produção como na comercialização e agroindustrialização. Para o sucesso do Programa, recomenda-se que além de planejamento cuidadoso do processo de produção agrícola, os projetos contemplem o processamento da produção. Esta é uma forma de agregar valor aos produtos, garantir mercado para a produção e gerar empregos não agrícolas no processo de interiorização do desenvolvimento do País.

f) Outro aspecto fundamental é que os resultados indicaram, para o sucesso de um programa de reforma agrária com participação cooperativista, a necessidade de que o agricultor beneficiado tenha um mínimo de experiência na atividade e queira progredir. Boa experiência e disposição para a produção são características intrínsecas de grande parte de associados de cooperativas, agricultores com pouca ou nenhuma terra, seus filhos e trabalhadores rurais sem terra.

g) O Modelo Cooperativista de Assentamento de Agricultores não pretende ser um substituto ao trabalho governamental na área de colonização e reforma agrária. Antes, constitui-se em instrumento complementar para a implementação da justiça social no campo.

h) Finalmente, os resultados do estudo tornam evidente que o referido programa deverá dar atenção especial aos filhos de agricultores minifundiários, uma vez que a principal causa de seu êxodo para as cidades e conseqüente marginalização, é a falta de opções economicamente viáveis para o desenvolvimento de atividades agrícolas, dada a reduzida escala que representaria a divisão das terras ora cultivadas por seus pais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BNDES. Departamento de Estudos Sociais. Avaliação Preliminar de Projetos de Reforma Agrária. Rio de Janeiro, BNDES, Abril/1990. 2 vol. (Estudos da Questão Social, 5).
- CAMPO/MARA. Projeto PRODECER III - Versão Preliminar. Brasília, CAMPO, janeiro de 1991, 67 p.
- Cooperativa Agro-Pecuária BATAVO Ltda. Projeto 7: Fazenda São João e Santa Cândida - Projeto de Assentamento Dirigido a Pequenas Propriedades. Carambeí, BATAVO, janeiro de 1991.
- Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze. Estudo de Viabilidade Econômica do Projeto de Colonização Treze I. Lagarto, COOPERTREZE, 1977, 42-69 p.
- HECTA/OCB. Experiências e Propostas Cooperativistas de Assentamento de Agricultores. Brasília, dezembro 1990, 49 p.
- HECTA/OCB. Modelo Cooperativista de Assentamento de Agricultores. Brasília, Março de 1991, 59 p.
- JICA. Relatório de Avaliação do II Projeto Piloto do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER II). EMBRAPA/Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Brasília, Agosto 1989 (mimeografado).
- MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. Departamento Nacional de Cooperativismo. Análise da Participação das Cooperativas em Projetos de Assentamento de Agricultores: Experiências e Propostas. Brasília, Dezembro de 1990, 87 p.
- MINISTERIO DA AGRICULTURA. INCRA. Departamento de Pesquisas e Análises. Os Serviços de Apoio Social e à Produção na Reforma Agrária: alguns aspectos para planejamento. Brasília, Agosto de 1989. (Estudos de Reforma Agrária, 2).
- MINISTERIO DA AGRICULTURA. Coordenadoria de Assuntos Economicos. Avaliação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), Brasília, Maio de 1982 (mimeografado).
- MINISTERIO DA AGRICULTURA. Programa de Desenvolvimento de Agricultura do Brasil-Central: Polo Brasil Central. Brasília, julho de 1989, 100 p.
- OECD. Relatório de Avaliação do Segundo Estágio do Projeto de Expansão do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER II). EMBRAPA/OECD, Agosto 1989 (mimeografado).
- PAEZ, M.L. et al. Avaliação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER. R.Econ.Rural. 22(3):327-364, Brasília, Jul/Set 1984.
- RODRIGUES, R. É Necessário Permanente Participação do Cooperativismo na Política Rural. Lavoura 87: 27-28, Nov/Dez 1985.